

RELAÇÃO CAMPO-CIDADE: UM ESTUDO DOS BAIRROS RURAIS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE¹

Erika Vanessa Moreira – FCT/Unesp de Presidente Prudente
evmgeo@yahoo.com.br

Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol – FCT/Unesp de Presidente Prudente
rosangel@prudente.unesp.br

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo principal focar a relação entre o campo e a cidade. Nesse contexto se considera o campo e a cidade como construções socioespaciais distintas, mas não dicotômicas. A visão setorial-agrícola que perdura nos projetos de desenvolvimento rural acaba por negar o dinamismo e a multiplicidades de funções, dimensões e atividades desenvolvidas no campo. O desenvolvimento rural necessita de uma visão dialética e abrangente que incorpore as potencialidades e os atores sociais presentes tanto no campo como na cidade. O local por sua vez, permite o encontro dos dois espaços (campo-cidade) como explicita Wanderley (2001) ao afirmar que: “[...] nele, as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário são a fonte de integração e da cooperação, tanto quanto das tensões e dos conflitos”.

Tem-se como recorte espacial, os bairros rurais Aeroporto, Cedro, Coqueiros, Córrego da Onça, Gramado e Ponte Alta localizados no Município de Presidente Prudente². A escolha dessa área de pesquisa se deve ao fato de que a partir dos anos de 1970 ocorreram mudanças no referido município em virtude da conjuntura econômica nacional e dos interesses políticos no âmbito local. O campo e a cidade sofreram os reflexos do modelo nacional de desenvolvimento econômico implantado nesse período, o qual se apoiava no incentivo à industrialização e a modernização da agropecuária. No entanto, o município não teve uma industrialização expressiva e nem modernizou significativamente sua estrutura agrícola, se comparada a outras áreas do país, como a região de Ribeirão Preto, cujo grau de maquinização atingiu patamares bem superiores. Até os anos de 1970, o município tinha sua economia centrada na evolução dos ciclos econômicos (café, algodão, amendoim), mas, que, em virtude da crise no setor agrícola provocada pela competitividade de outras regiões do país, teve a sua área cultivada com lavouras retraída, sendo substituída pelas pastagens (PAULINO, 2001).

Deve-se considerar, entretanto, que, mesmo com a diminuição da área destinada à agricultura, esta ainda tem um peso significativo na economia do município, que está pautado na pecuária mista (corte e leite), na horticultura e na cana-de-açúcar.

¹ Esse texto faz parte do trabalho de mestrado em fase de desenvolvimento, intitulado: A importância da pluriatividade e do trabalho feminino nos Bairros Rurais do Município de Presidente Prudente-SP. Tal projeto está sendo realizado sob a orientação da Prof Dra Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, com auxílio financeiro da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo.

² Adotou-se tais bairros rurais como unidade espacial de análise, em virtude da localização geográfica e da diversidade de funções, atividades e agentes sociais.

Estruturou-se o presente texto em *três seções*, além destas notas introdutórias, considerações finais e referências bibliográficas. Na primeira seção, procurou-se tecer considerações sobre as perspectivas de análise da relação campo-cidade nas ciências sociais, enfatizando a importância de compreendê-la como construção socioespacial permeada de conflitos e articulações. A segunda seção analisou-se a relação campo-cidade no processo de ocupação do Município de Presidente Prudente. Utilizaram-se os dados dos Censos Agropecuários de 1970 e 1996 e Censos Demográficos de 1940 e 2000, como instrumentos de análise para averiguar as mudanças demográficas, produtivas e fundiárias. Na terceira seção, buscou-se uma apreensão da relação campo-cidade a partir da pesquisa de campo³, focalizando dois aspectos: a expansão urbana em relação às áreas rurais e a dissociação cada vez maior da unidade da família (rural) do local de trabalho (rural e urbano). Nesse contexto, a pluriatividade e o crescimento de atividades e rendas não-agrícolas externas as propriedades rurais permite estreitar as relações campo-cidade.

2. Relação Campo-Cidade: discussões e contribuições

A diversidade de contribuições direcionadas ao estudo da relação campo-cidade, rural-urbano não se esgotou e tampouco há um consenso entre os pesquisadores do tema. O campo e a cidade são compreendidos, tanto do ponto de vista do *continuum*⁴ (GRAZIANO DA SILVA, 1999); como numa perspectiva dicotômica⁵ ou ainda numa abordagem dialética (centrada na concepção de totalidade).

A relação campo-cidade levou pesquisadores de diversas áreas, tais como historiadores, antropólogos, sociólogos, economistas e geógrafos a compreenderem as singularidades presentes nessa profícua relação.

A idéia de uma dicotomia entre campo e cidade persiste desde as análises realizadas por autores clássicos, como Marx. Nesta perspectiva de análise, se colocava como distintas essas duas realidades, a fim de se explicar as diferentes classes sociais e as contradições no interior destas. Assim, a dicotomia entre o rural e o urbano representava nesse período as classes sociais que contribuíram ou se opunham ao capitalismo (CORRÊA, 1996).

Diferentemente das idéias defendidas pelos autores clássicos, como Marx, Kautsky, o campo não deve ser visto como resquício em vias de desaparecimento e, nem a cidade é o *locus* do moderno. Ambos devem ser apreendidos numa visão dialética, haja visto que cada um tem suas especificidades. Além disso, o campo não é sinônimo de rural e tampouco a cidade abarca

³ A pesquisa de campo se encontra em fase de desenvolvimento, portanto, nossa análise consubstanciará nas entrevistas e conversas com os moradores dos bairros rurais e não será baseada na codificação dos questionários aplicados.

⁴ Graziano da Silva (1999) defende o *continuum* rural e urbano, ou seja, pauta-se numa visão linear e urbana, como se o rural fosse uma ponta e o urbano se mostraria a outra. Marques (2002) critica essa vertente, salientando que a idéia de *continuum* rural-urbano se apóia numa concepção dual, pois o rural e urbano são apontados como pontos extremos e pólos em situação de continuidade.

⁵ O campo é visto como o local das atividades tradicionais, do atraso e, a cidade, o lugar do progresso, do moderno e da superioridade. Tais idéias foram muitas dissimuladas na década de 1930/40 no Brasil, na qual a base econômica do país estava numa fase de transição de um sistema agrário exportador para uma sociedade urbano-industrial.

apenas o urbano. O rural e o urbano expressam o modo de vida e os valores, enquanto o campo e a cidade correspondem à materialização desses modos de vida⁶. Portanto, os valores urbanos estão presentes no campo⁷, assim como também encontramos os valores rurais na cidade⁸. Novas mudanças se processaram (e processam) implicando em novas relações campo-cidade, marcadas pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação⁹, bem como pelo crescimento das atividades e rendas não agrícolas entre os residentes rurais.

A técnica, a ciência e a informação são peças-chaves do período atual, acarretando uma maior competitividade dos lugares¹⁰. Silva (1998) defende que o campo e a cidade são territórios econômicos-políticos, interdependentes e articulados. Parafrazeando Bagli (2004), o campo e a cidade não são dois pólos extremos, mas construções humanas permeadas de contradições e especificidades.

Isso leva a refletir que a cidade e o campo são construções socioespaciais, que devem ser analisados e fortalecidos por suas peculiaridades e diversidades. Ambos não são semelhantes e não podem ser compreendidos como regidos pela mesma lógica, pois no urbano, o artificial e a velocidade dos acontecimentos se processam num tempo rápido. No campo, o tempo é mais lento¹¹, as relações sociais estão mais centradas na proximidade, no cotidiano e num maior contato com a natureza. Alentejano (2003) relata que no campo a relação com a terra é uma das principais características. Essa proximidade, por sua vez, não descarta a presença do artificial e do consumismo no campo.

Parece redundante, mas, no período contemporâneo não se pode considerar o campo e a cidade dois mundos separados, antagônicos, já que estamos num mundo de relações de complexidade e diversidade, assim, é um equívoco buscar delimitar com precisão o campo e a cidade. Para Silva (1998), a cidade e o campo são espaços territoriais, tanto no âmbito econômico, político e cultural, possuindo relações de interdependência.

Queiroz (1973) ao estudar a relação campo-cidade por meio de pesquisa realizada nos bairros rurais paulistas constatou que a existência de uma grande cidade não é o fator essencial de desenvolvimento para a área rural próxima, pois os moradores não ficavam restritos ao âmbito de seu município, mas, alguns bairros mantinham relações com outras localidades e com a região. O fato de localizar-se próximo a um grande centro urbano não significa necessariamente o

⁶ Na concepção de Bagli (2004), o rural e o urbano extrapolam os limites estabelecidos para o campo e a cidade. O campo é o espaço predominante, mas não exclusivamente rural, o mesmo ocorre com a cidade, ou seja, o urbano é predominante, mas não é unívoco.

⁷ A incorporação de valores e hábitos alimentares, como o consumo cada vez maior de alimentos congelados e industrializados são exemplos concretos da incorporação de valores urbanos no campo.

⁸ A agricultura urbana, a utilização de ervas medicinais, a preservação de festas tradicionais como Folias de reis, são exemplos valores rurais presentes na cidade.

⁹ “Os transportes e as comunicações permitem a diminuição dos custos e, possibilita o deslocamento e a mobilidade entre campo-cidade, porém essa mobilidade é negada aos que dispõem de menos renda”. (SANTOS, 1996, p. 56).

¹⁰ C.f. Santos (2003)

¹¹ O tempo lento é caracterizado por Santos (2003) pela intensidade e relações estabelecidas e não por uma visão inferior do campo.

crescimento e/ou acesso à infra-estrutura de áreas rurais circundantes. Pelo contrário, essa proximidade com a cidade e o estilo de vida urbano podem favorecer a decadência do bairro rural. O espaço urbano e o espaço rural apresentam características próprias, densidades e aspectos distintos. Produzem diferentes tipos de relações administrativas, econômicas, políticas, agrícolas, comerciais, industriais, entre outras (OLIVEIRA, 1986).

Santos (1989) caracteriza a cidade como centro das funções administrativas, políticas, militares, comerciais, de serviços, industriais e de lideranças, constituindo-se num pólo de atração do meio rural que a rodeia. O referido autor não identifica a cidade como responsável pelos problemas que atingem o campo, pois os verdadeiros responsáveis pelos problemas relacionados à questão cidade-campo são as estruturas sociais e econômicas.

A cidade é consumidora, por um lado, da mão-de-obra que migra do campo e, por outro, da renda da terra, tendo um papel de centro de serviços para atender as necessidades da população rural. Nesse sentido, a relação campo-cidade leva a uma complexa teia de relações sociais, pois “os dois mercados de trabalho (agricultura/industrialização) tendem a se confundir. Prova disso é a existência de trabalhadores volantes urbano e agricultores residindo no meio urbano” (SANTOS, 1996, p.52). A distinção entre rural e urbano tem cada vez menos a ver com as atividades exercidas pelos moradores que aí residem. Prova disso é o crescimento de atividades não-agrícolas nas áreas rurais e a implantação de indústrias no campo.

Discordo das proposições de Maia (1999) quando enfatiza que a cidade expande-se sobre o campo, fazendo desaparecer o conflito campo x cidade, e, o campo, longe de ter desaparecido, permanece nas dissimulações dos seus limites. A expansão da cidade em direção as áreas rurais não ocorre de maneira harmoniosa e consensual, ocorre pautada num jogo de forças políticas e econômicas, em que os agentes imobiliários e políticos saem sempre em vantagem.

Contribuindo para desestruturar antigos mitos sobre o mundo rural brasileiro, Graziano da Silva (2001) mostra que o urbano não se opõe ao rural, enquanto símbolo da modernidade, sendo necessário caracterizar um novo rural, em virtude dos novos sujeitos sociais que estão presentes nas amarras sociais da relação cidade-campo, como os neo-rurais¹⁹; moradores de condomínios rurais de alto padrão, os aposentados e os sem-sem²⁰.

Assim, o autor aponta que entre o novo e o velho rural, o traço comum entre ambos é a sua heterogeneidade, impedindo de generalizar as situações locais específicas, ou seja, transportar modelos de uma dada região para a outra, sem levar em conta as peculiaridades presentes no lugar. Isso porque, o território não se define pela combinação de espaços homogêneos e com características comuns em todo território, como é o caso do Brasil. Nessa perspectiva, deve-se repensar a relação cidade-campo, que está envolvida num conjunto de aspectos sociais,

¹⁹ Para Graziano da Silva (2001), os neo-rurais são aqueles que exploram os nichos de mercados agrícolas, como a criação de escargot, plantas exóticas, etc.

²⁰ Os trabalhadores sem terra, sem emprego, sem casa, sem acesso a educação e a saúde, na maioria das vezes nem mesmo tem uma organização como MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) para poderem expressar suas reivindicações.

econômicos, culturais e políticos. As mudanças que ocorrem no campo atingem as cidades e as transformações nas cidades também se materializam no campo. Como exemplo, temos o Município de Presidente Prudente, que desde o início de sua ocupação tem a agricultura o sustentáculo da formação do núcleo urbano, a implantação das indústrias e, portanto, a base da economia local.

3. A relação Campo-Cidade no processo de ocupação do Município de Presidente Prudente

O Município de Presidente Prudente tem uma extensão territorial de 550 Km² ¹², estando localizado no Sudoeste do Estado de São Paulo, pertencendo a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Além da sede municipal, abrange 4 distritos: Ameliópolis, Floresta do Sul, Montalvão e Eneida.

De acordo com Abreu (1972), o primeiro desbravador¹³ a chegar em meados do século XIX nos sertões do Paranapanema foi o mineiro José Teodoro de Sousa. Este chegou até as margens do rio Turvo, onde regressou a Botucatu para realizar o registro paroquial. Além de José Teodoro de Sousa, outros dois mineiros fizeram grandes posses, foram eles, João da Silva Oliveira e Francisco de Paula Moraes.

Com a Lei de Terras (1850), a posse de qualquer propriedade rural deveria ser feita através da compra, extinguindo o sistema de sesmarias, José Teodoro de Sousa, por sua vez, mesmo adquirindo a sua imensa área, depois da promulgação desta lei, conseguiu o direito sobre a imensa gleba que grilou¹⁴, o mesmo ocorreu com os outros dois desbravadores¹⁵.

A marcha para o oeste acarretou no início do século XX a expansão capitalista e as transformações econômicas, técnicas, sociais e naturais na chamada franja pioneira. Presidente Prudente nasceu como boca do sertão, em função da expansão cafeeira e da especulação de terras. O café valorizou e povoou as terras descobertas pelos mineiros. Os especuladores promoveram a venda de pequenas e grandes propriedades rurais. Nas palavras de Monbeig (1984, p. 351) Presidente Prudente foi o centro comercial de uma zona lateral. Segundo Hespanhol (2000, p. 118), a incorporação econômica da região à dinâmica paulista [e nacional] ocorreu somente a partir das primeiras décadas do século XX¹⁶. Essa região é também conhecida como Alta Sorocabana, em virtude da presença e da grande importância exercida pela estrada de ferro no processo de incorporação.

¹² Fonte: Fundação Seade, 02/ 2005 – www.seade.sp.gov.br

¹³ A primeira frente de ocupação se constituía de desbravadores e não colonizadores, pois, adquiriram grandes extensões de terra e visavam garantir grande lucratividade com essas posses.

¹⁴ Segundo Santos (2005) através de um processo fraudulento, José Teodoro conseguiu a posse de sua imensa gleba.

¹⁵ Segundo Abreu (1972, p. 27) “entre 1880 e 1890, forma legitimados somente oito imóveis na posse de José Teodoro de Souza, cinco na de João da Silva Oliveira, uma na de Francisco de Paula Moraes: a Fazenda Montalvão”.

¹⁶ Abreu (1972, p. 25) frisa que no início do século XX, o café propiciou uma nova fisionomia ao chamado Sertão do Paranapanema, pois, os espigões foram ocupados pelos cafezais. Essas mudanças ocorrem justamente com o caráter mercantil da terra, ou seja, a terra passa a ter valor, ser uma mercadoria.

Em 1917, o Coronel Francisco de Paula Goulart, dono de um vasto latifúndio, a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio¹⁷ chegou ao local em que hoje está situada a estação da Estrada de Ferro Sorocabana. Este mandou lotear a gleba para a formação do núcleo urbano, assim nasceu à vila Goulart em 19 de Janeiro de 1917. O Coronel Goulart recomendava “aos sitiantes que não podiam somente comprar as terras e deixá-las cobertas de matas. Era necessário comprar as terras e ‘abrir’”¹⁸.

Diferentemente de Goulart, o Coronel José Soares Marcondes não era proprietário de terras, mas possuía uma empresa colonizadora, a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio. Assim, iniciou em 1919 a venda de 4.700 alqueires da fazenda Montalvão para a formação da Vila Marcondes¹⁹.

Abreu (1972) observa que muitos compradores adquiriam lotes rurais e ganhavam lotes urbanos. Além disso, o próprio Goulart fez a doação de lotes urbanos e facilitava o pagamento das mesmas. Os lotes comercializados por Marcondes apresentavam uma certa “racionalidade” no retalhamento das mesmas. Este “contratou o agrimensor Francisco Cunha para a medição e divisão em lotes da área”, assim, o comprador dava uma quantia de dinheiro como sinal e o restante era pago em até dois anos sem juros²⁰. Os reais interesses dos coronéis eram a valorização e a comercialização de terras no oeste paulista.

Com o crescimento populacional, Presidente Prudente adquiriu o título de município pela lei nº 1.798 em 8 de novembro de 1921, instalado em 27 de agosto de 1923²¹, abrangendo cerca de 18.000²² Km² e criando também o distrito de paz. Nas palavras de Leite (1972), o referido município ocupou²³ e ocupa um papel importante e definidor da economia regional.

Esse município até o início da década de 1970, foi marcado pelos chamados ciclos econômicos (PAULINO, 1997) ou fases econômicas (LEITE, 1972), consubstanciado na fase de pastoreio, fase do café, do amendoim, do algodão, da mamona, etc.

Uma das características na estrutura agrária do município que vai implicar diretamente no núcleo urbano refere-se a inexistência de fazendas auto-suficientes, ou seja, dos complexos rurais. Abreu (1972) acrescenta que as grandes fazendas não chegaram a ser monocultoras de café, como ocorrera nas áreas de ocupação mais antiga. Assim, o proprietário dividia suas terras em vários lotes e oferecia ora em sistema de empreitada, colonato, contratos de parcerias, arrendamentos ou meação. Dessa maneira, os grandes proprietários alcançaram inúmeras vantagens, pois,

¹⁷ Uma parte foi herdada do pai Manoel Pereira Goulart e a outra foi comprada de seus irmãos (SANTOS, 2005, p. 101).

¹⁸ C.f. Santos (1999, p. 209).

¹⁹ A venda de lotes localizados na Gleba Montalvão era do quinhão de Dr. Amador Nogueira Cobra.

²⁰ C. f. Abreu (1972, p. 69).

²¹ Foi o primeiro município emancipado e a primeira comarca da região.

²² A diminuição da área territorial deve-se aos desmembramentos e a criação entre 1922 e 1995, de 29 municípios.

²³ Com base no trabalho de Leite (1972, p. 154) o município foi destaque: no período auge da cafeicultura, com a instalação dos armazéns do IBC – Instituto Brasileiro do Café; na extração de madeiras; com a instalação de usinas de beneficiamento e separação do caroço do algodão; indústrias para extração do óleo de mentol; instalação de usinas de moagem das sementes; implantação de frigoríficos; a expansão da pecuária mista.

recebiam o cafezal formado, a área com as matas derrubadas e limpas e sem despendere qualquer recurso econômico.

Muitas vezes a grande propriedade funcionava como reserva de valor, a qual se mostrava cada vez mais disseminada na região. “Nem sempre os latifúndios foram abertos para a produção, permanecendo a maioria deles intocados, a espera de valorização das terras para serem então loteados”²⁴.

A incapacidade econômica de ter uma máquina de beneficiamento de café ou cereais nas pequenas propriedades e a falta de interesse dos fazendeiros proporcionaram a instalação de muitas máquinas beneficiadoras de café e cereais (arroz, algodão, etc) no incipiente núcleo urbano.

Nas áreas pioneiras, a existência de pequenas propriedades sem recursos para terem suas estimulou-as a implantação de máquinas de beneficiamento, a fim de oferecerem serviços aos sítiantes”. Ao longo dos anos 1920 e 1930 implantaram-se no Município de Presidente Prudente várias máquinas de beneficiamento, fábricas de farinhas e estabelecimentos manufatureiros, como serraria, olaria, curtumes etc. Dentre as indústrias implantadas, pode-se mencionar: Máquina de Algodão Sonata, do Grupo Junqueira Netto & Cia; Matarazzo; Mc Fadden e Cia, Sanbra; Anderson Clayton; etc. Assim, as “máquinas de beneficiamento de café, arroz, algodão e as fábricas de farinha de milho e mandioca exerciam atividades industrial paralela”²⁵, pois comprava a matéria-prima dos produtores e depois de beneficiadas era revendidas tanto aos agricultores como os cidadãos. A industrialização surgiu para complementar à agricultura, denotando a importância da mesma para a efetivação da base econômica local.

O campo e a cidade mantinham intrínsecas relações através do comércio, da prestação de serviço e das máquinas de beneficiamento²⁶. Abreu (1972) relata que o relacionamento econômico permitia o relacionamento social. A população do campo buscava na cidade serviços diversos e a comercialização de sua produção agrícola.

Mas as práticas religiosas fortaleciam a relação campo-cidade. Além do aspecto religioso, convém lembrar as atividades políticas, comerciais e de serviços. O compadrio e o clientelismo compareciam (e comparecem) como elemento de coesão social entre os sítiantes e os cidadãos.

O algodão e o amendoim foram incentivados pelas indústrias beneficiadoras, conseguindo destaque na economia regional até meados da década de 1970. Tais culturas foram favorecidas pelo desenvolvimento interno do país, como o estímulo as indústrias têxteis e o favorecimento internacional, diante do interesse do mercado norte americano à produção nacional. Em virtude da grande demanda de trabalhadores temporários para a colheitas e plantio das oleaginosas, os produtores buscavam pessoas residentes na cidade para o trabalho. As chamadas culturas

²⁴ C.f. Abreu (1972, p. 103)

²⁵ Abreu (1972, p. 141)

²⁶ Toda produção rural era vendida na cidade. O agricultor na época da safra dos cereais e do café, vendia sua produção para as máquinas de beneficiamento ou para os armazéns do comércio atacadista e varejista. A mercadoria era transportada em carroças ou caminhões e posta no armazém do comprador por conta do produtor (ABREU, 1972, p. 159).

intercalares estiveram presentes desde o período de ocupação, pois permitia o autoconsumo e a comercialização. Com a venda dos produtos como arroz, feijão, batata e milho, os produtores financiavam a cultura comercial, efetuavam o pagamento da propriedade e adquiriam determinados produtos necessários ao sustento da família.

Nos anos de 1970, a agricultura sofre a estagnação das áreas cultivadas. Inúmeros fatores contribuíram para o ocorrido: a consolidação da modernização agrícola, permitindo uma maior produtividade nas grandes propriedades no território nacional e criando uma competitividade desigual entre as áreas modernizadas e tradicionais do país; a queda dos produtos agrícolas; a falta de políticas públicas eficazes; a implantação do modelo de desenvolvimento centrado na industrialização; a expansão urbana; entre outros.

De um lado, vimos que a agricultura “patrocinou” e foi o carro chefe da economia local, ou seja, a agricultura foi a base para a implantação do incipiente núcleo urbano, com a instalação de máquinas, beneficiadoras, olarias, serrarias, armazéns, etc; e, por outro lado, a decadência das atividades agrícolas, nos anos de 1970, acarretou o fechamento das indústrias agroprocessadoras; a saída de trabalhadores rurais e a expropriação dos pequenos produtores rurais, haja visto que a pecuária não necessita de uma grande contingente de pessoal ocupado.

Os Censos Agropecuários de 1970 e 1996 revelam que 4.538 postos de trabalhos no campo desapareceram. Tal declínio explica-se pela redução das áreas destinadas às lavouras (temporárias e permanentes) e à concentração fundiária. No ano de 1996, 91,3% dos estabelecimentos com área entre menos de 1 e 100 hectares abarcaram 46,9% da área total, no outro extremo, 8,8% do estabelecimentos entre 101 e menos de 1000 hectares ocuparam 53,1% da área total. Portanto, expressam a concentração fundiária no município. Além disso, muitos proprietários de terras são residentes urbanos, empresários e políticos. Os estabelecimentos inferiores a 50 hectares sofrem tanto pelas sucessivas fragmentações como pela falta de incentivos e recursos financeiros para investir na agricultura.

Os dados dos Censos Demográficos de 1940 e 2000 revelam a diminuição cada vez mais acentuada da população rural. Em 1940 a população rural (57.879) superava os residentes urbanos (12.367). Esse quadro se inverteu em 1960, pois 54.980 habitantes eram residentes urbanos e 17.802 rurais. Em 2000, há uma discrepância acentuada pois 185.150 residentes urbanos e 3.954 são considerados rurais. A diminuição dos residentes rurais está amarrado à retração das lavouras e a expansão das pastagens, “maquiando” a reserva de valor.

Mesmo com a retração das áreas de lavouras, a economia local ainda tem como um de seus principais alicerces a agropecuária, com destaque a pecuária mista, de corte e leite, a horticultura, o cultivo de feijão e a cana-de-açúcar.

4. Os bairros rurais do Município de Presidente Prudente

A formação socioespacial dos bairros rurais originou-se a partir da fragmentação das Fazendas Montalvão e Pirapó-Santo Anastácio, como reportado anteriormente. O avanço da frente pioneira

em direção ao oeste paulista ocasionou a busca por terras férteis, justamente pela expansão do café que se apresentava como a fonte de riqueza naquele período. Os bairros Gramado, Coqueiros, Córrego da Onça e Ponte Alta estão localizados nas terras da antiga Fazenda Montalvão, e os bairros Aeroporto e Cedro situam-se nos limites da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio.

Parafraseando Queiroz (1973) a cidade e os bairros rurais devem ser compreendidos numa relação de interdependência e complementaridade. Os bairros rurais podem ser tanto dependentes como independentes da sede do município. No caso de Presidente Prudente, os bairros rurais se mostram dependente da cidade.

No caso dos bairros rurais de Presidente Prudente, dois pontos merecem ser discutido: a expansão urbana em relação aos bairros rurais localizados nas proximidades do perímetro urbano e o estreitamento das relações por meio do crescimento de atividades não-agrícolas, urbanas e da pluriatividade entre os residentes rurais.

Enquanto os bairros Aeroporto, Cedro e Gramado se encontram numa área denominada periurbana²⁷, cujos limites do perímetro urbano já incorporou uma parte deles. Por outro lado, os bairros Coqueiros, Córrego da Onça e Ponte Alta estão situados mais afastados da malha urbana, mas, próximos aos aglomerados de extensão urbana e do distrito de Montalvão.

Em todos os bairros, o núcleo (*core área*) não tem nenhuma agência bancária, correio, comércio ou outro tipo de serviço importante ao residente rural, sendo inevitável procurar tais serviços no núcleo urbano. O *core área* dos bairros rurais representa-se apenas como local de atividades lúdico-religiosas e da escola²⁸. Os serviços médicos, odontológicos, bancários, educacionais, administrativos e religiosos foram mencionados pelos moradores como os principais tipos de serviços procurados na sede do município. A facilidade do transporte coletivo urbano²⁹ é um dos aspectos que favorecem a mobilidade entre os bairros rurais e o centro urbano, que de fato foi constatado no Aeroporto, Cedro e Córrego da Onça. Por outro lado, no Gramado, Coqueiros e Ponte Alta, a inexistência de transporte coletivo urbano e a precariedade das estradas que fazem a ligação com a sede do município, são fatores apontados pelos moradores de tais bairro, como elementos que impedem uma maior mobilidade dos moradores à cidade.

Outro elemento importante na análise da relação campo-cidade está no crescimento de atividades não-agrícolas [urbanas] entre os residentes dos bairros rurais e a combinação das inserções ocupacionais (pluriatividade) como estratégia de reprodução social e econômica. Com exceção do bairro Gramado e Córrego da Onça, os demais apresentam com grande expressividade o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, com destaque ao emprego no comércio e em

²⁷ Periurbanização é um processo no qual a lógica rural e urbana se mostram presentes. O periurbano define-se como uma área adiante da periferia de uma cidade, “situa-se nas franjas do espaço urbanizado e com frequência além dos limites das zonas cobertas por regulamentos de urbanismo” (LANGENBUCH, 2001).

²⁸ Apenas nos bairros Aeroporto, Coqueiro e Ponte Alta existe escola que funcionam efetivamente, nos demais bairros as escolas foram desativadas por iniciativa do poder público municipal.

²⁹ Nos bairros Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça e Coqueiros contam com uma linha de transporte coletivo. Mas no Gramado e Ponte Alta o único meio de transporte coletivo é o veículo particular e o transporte escolar.

serviços gerais no Município de Presidente Prudente. A proliferação de chácaras de recreio e condomínios de chácaras são expressivas em todos os bairros. É relevante também a presença de ‘novos’ moradores nos bairros rurais, principalmente, constituídos de caseiros, pessoas que apenas utilizam a propriedade como domicílio.

É importante destacar que os proprietários e ex-produtores rurais buscam fonte de renda ou estratégias de reprodução social, investindo em atividades direcionadas ao cidadão, como as chácaras de recreio, os pesque-pagues, a produção de verdura orgânica, alimentos embalados, etc.

Verificou-se que a cidade de Presidente Prudente não depende em termos de suficiência alimentar dos bairros rurais, haja vista, que a produção agrícola se comporta em muitos casos como atividade e fonte de renda secundária e, por outro lado, os moradores dos bairros rurais, buscam na cidade os serviços em gerais e o mais importante, esperam do poder local, infraestrutura e prestação de serviços básicos necessários (postos de saúde, segurança, etc).

5. Considerações finais

O texto iniciou com uma discussão teórica da relação campo e cidade, buscando desmistificar a visão do campo como sinônimo de agrícola e a cidade como o lugar apenas das atividades industriais e do urbano.

Questionar essas proposições e colocar em pauta a necessidade de articular o campo e a cidade como construções socioespaciais são as bases fundamentais para se promover o desenvolvimento local e rural.

O Município de Presidente Prudente teve a implantação de indústrias consubstanciada na agricultura e dependente do campo. A partir da década de 1970 houve concomitantemente a retração das lavouras oleaginosas, o fechamento de várias máquinas beneficiadoras. Houve a saída dos produtores, proprietários ou não da terra e a expansão territorial urbana. Ocorreu um incentivo ao urbano-industrial e a ausência de políticas e ações ao campo. A relação de interdependência entre os bairros rurais e o município, merece ser revista, pois, o que de fato temos é uma relação de ‘dependência’ econômica, política e social dos bairros rurais à cidade. Os bairros são unidades socioespaciais consubstanciados na relação de vizinhança, na coesão social e no sentimento de localidade.

Desse modo, pensar a relação campo-cidade é considerar que tem suas particularidades, e estas não podem ser analisadas separada do contexto geral. O campo tem suas relações mais centradas no local e a cidade mantém relações mais amplas (globais). A relação local-global deve, portanto, abranger as diferenças e as potencialidades existente na cidade e no campo³⁰.

6. Referências Bibliográficas

³⁰ Alentejano (2003)

- ABREU, D. S. Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente. Presidente Prudente: FFCL, 1972.
- ALENTEJANO P. R. R. Reforma Agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – CPDA - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BAGLI, P. Novas territorializações e territorialidades: o rural e o urbano em questão no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente, 2004. Relatório de pesquisa (FAPESP)
- CORRÊA, R. L. Rede Urbana. São Paulo: Atica, 1996.
- FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Agropecuários de 1970 e 1996. Rio de Janeiro: FIBGE, vários anos.
- FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos de 1960 e 2000. Rio de Janeiro: FIBGE, vários anos.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Campinas: Unicamp, 1999.
- _____. Velhos e Novos mitos do rural brasileiro In: Brasil Rural na virada do milênio. São Paulo, 2001 (mimeogr)
- HESPANHOL, R. A. de M. Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Rio Claro, 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.
- LANGENBUCH, J. R. Depoimento. Espaço e Debate: Periferia Revisitada. São Paulo: NERU – Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 2001. Ano XVII n. 42. p. 85-91.
- LEITE, J. F. A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente. Presidente Prudente: FAFI, 1972.
- MAIA, Doralice Sátiro. Hábitos rurais em vidas urbanas. In: DAMIARI, A. L. et al. O espaço no fim do século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001, p. 214-220.
- MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. Terra Livre. São Paulo: AGB, Ano 18, n. 19, julho/dez de 2002, p. 95-112.
- MONBEIG, P. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1984.
- OLIVEIRA, M. L. As relações cidade-campo baseadas na propriedade fundiária rural: uma contribuição ao estudo de caso de Rio Claro. Rio Claro: IGCE, 1986. [trabalho de geografia].
- PAULINO, E. T. Capitalismo e Camponeses: rearranjos em curso no Município de Presidente Prudente. In: SPOSITO, M. E. B. (org). Textos e Contextos para a leitura geográfica de uma cidade média. Presidente Prudente: FCT/GASPERR, 2001, p. 53-70.
- PAULINO, E. T. O Limite das cercas: desdobramentos da apropriação capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar em Presidente Prudente. Presidente Prudente, 1997, 228f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

QUEIROZ, M. I. P. Bairros Rurais Paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

SANTOS, Á. B. dos. Desenvolvimento regional e capital social: uma abordagem para a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente-SP. Presidente Prudente, 2005. 233f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SANTOS, G. dos. Metamorfose dos lugares: um estudo da incorporação dos bairros rurais ao espaço urbano de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 1999. 295f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ªed. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. Categorias tradicionais e categorias atuais In: Metamorfose do espaço habitado. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 45-60.

_____. Manual de geografia urbana. São Paulo: Hucitec, 1989.

SILVA, A. F. da. A relação cidade-campo: como analisa-la? Natal: Imagem, 1998.

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil Moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (org) ¿ Una nueva ruralidad en América Latina ? Buenos Aires: CLASCO/ASDI, 2001. p. 31-44.